

Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Instituto de Economia e Relações Internacionais - IERI

Kpèdétin Alvine Peggy Bankole

O surgimento e o futuro da moeda Franco CFA na perspectiva da integração na África
Occidental

Uberlândia - MG
2020

Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Instituto de Economia e Relações Internacionais - IERI

Kpèdétin Alvine Peggy Bankole

O surgimento e o futuro da moeda Franco CFA na perspectiva da integração na África Ocidental

Trabalho de conclusão de curso à Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como requisito para recebimento Parcial para obtenção de grau de Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho

Uberlândia - MG

2020

Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Instituto de Economia e Relações Internacionais - IERI

Kpèdétin Alvine Peggy Bankole

O surgimento e o futuro da moeda Franco CFA na perspectiva da integração na África Ocidental

Trabalho de conclusão de curso à Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como requisito para recebimento Parcial para obtenção de grau de Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho

Uberlândia, 24 de janeiro de 2020

Orientador: Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho - IERI/UFU

Prof. Dr. Vanessa Petrelli Corrêa

Dr. Pedro Lucas Dutra Salgado

AGRADECIMENTOS

A realização desta monografia foi possível graças à ajuda de várias pessoas a quem gostaria de expressar a minha gratidão.

Agradeço,

A Deus por nunca desistir de mim, por ter-me dado saúde e força para superar as dificuldades, e derrotas ao longo da minha vida toda;

A meu orientador, Niemeyer Almeida Filho, pela sua disponibilidade, seu suporte, seus conselhos, e especialmente pela sua paciência que me ajudaram a não desistir.

A meu pai Bankole André, por ter-me concedido o grande presente de fazer um curso superior no exterior, e sempre acreditar nas suas filhas. Não foi fácil, mas sempre serei grata por ter-me permitido conhecer o mundo exterior e enfrentar tudo sozinha.

A mulher mais preciosa da minha vida, minha Mãe, Hélène Agassoussi. Minha melhor amiga, obrigada pela sua imensa paciência, e por sempre ter acreditado em mim, ainda mais nos momentos que eu nem mais acreditava. (Sei que não fui sempre uma boa filha mas saiba que para mim você foi, é e será sempre a melhor mãe do mundo).

Aos meus amigos, Rokia Kone, Shirley Barthold, Orion Adadja, Moussa Moudjabatou, Jessica Brandão, pelas palavras amigáveis, pela mão estendida, pela compreensão na hora precisa, pelo sorriso, pelo sim e pelo não quando foram necessários.

As minhas irmãs Nelly Bankole, Kim Bankole, e Fallon Bankole pelo apoio

Aos meus professores e colegas do instituto (IERI) que me ensinaram muito durante meu percurso.

Obrigada por tudo!

Lista de Tabelas e Mapa

Quadro 1: Tabela sobre a Paridade do FCFA

Quadro 2: Tabela de síntese dos dados económicos dos países da Zona Franco
(Zona UEMOA)

Quadro 3: Os haveres da BCEAO no Tesouro Francês de 2013-2014

Quadro 4: Distribuição dos haveres externos no Tesouro francês
pelos Estados da CEMAC entre 2009 e 2016

Mapa dos Países pertencentes à Zona Franco

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UMOA: União Monetária da África Ocidental

UEMOA: União Econômica e Monetária da África do Oeste

CEMAC: Comunidade Econômica e Monetária dos Estados da África Central

UEAC: União Econômica da África Central

UMAC: União Monetária Centro Africana

CEDEAO: Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

BEAC: Banco dos Estados da África central

BCEAO: Banco Central dos Estados da África do Oeste

BOAD: Banco Oeste Africano de Desenvolvimento

FMI: Fundo Monetário Internacional

BCE: Banco Central Europeu

SMFA: Sistema Monetário Franco-Africano

ZMAO: Zona Monetária da África do Oeste

RESUMO

Na maior parte da África Ocidental, a moeda atualmente utilizada é o Franco CFA, e sua área econômica é conhecida como a Zona franca. Não se exclui, porém, que a longo prazo, essa moeda seja substituída pelo Eco, de acordo com a vontade das autoridades monetárias da região. Os países da África Ocidental, antes da colonização, conheceram várias moedas que estiveram em uso em uma ou outra região, indo além das fronteiras dos países, tais como as “cauris”, e outras moedas tradicionais. Ao impor essa moeda nos anos 1945, o objetivo da França na época era reforçar o seu domínio sobre as economias das suas colônias. Atualmente no valor de 0,0015 euros, o Franco CFA ainda está em uso em 14 países africanos, e ainda é impresso em França. Este trabalho está focado nas questões do surgimento e futuro dessa moeda na África do Oeste. Ele terá como objetivo documentar o itinerário desta moeda comum nos países francófonos da África Ocidental e Central com dois Bancos Centrais, o BEAC e o BCEAO, e dois Francos CFA. A hipótese é que o Franco cfa é um instrumento econômico que freia o desenvolvimento dos países, e que precisa ser mudado. Foi feito um histórico sobre a origem do Franco cfa desde a colonização da França, pois, vale lembrar que essa moeda é uma herança colonialista.

Palavras chaves: Zona Franco; Franco CFA; UEMOA; CEMAC; Integração econômico; ECO; África do Oeste; CEDEAO; Desenvolvimento.

RÉSUMÉ

La monnaie utilisée actuellement dans la majorité des pays d'Afrique de l'Ouest, est le franc CFA, et sa zone économique est connue sous le nom de la Zone Franc. Cependant, il n'est pas exclu qu'à long terme cette monnaie soit remplacée par une nouvelle monnaie dont le nom est Eco, selon la volonté des autorités monétaires de la région. Les pays d'Afrique de l'Ouest, avant la colonisation, utilisaient différentes monnaies, comme les "cauris", et d'autres monnaies traditionnelles, dans différentes régions, dépassant les frontières des pays. En imposant cette monnaie dans les années 1945, l'objectif de la France à l'époque était de renforcer sa domination sur les économies de ses colonies. D'une valeur actuelle de 0,0015 euro, le franc CFA est encore utilisé dans 14 pays africains, et est toujours imprimé en France. Ce travail se focalise sur les questions de l'émergence et de l'avènement de cette monnaie en Afrique de l'Ouest. Il visera à documenter l'historique de cette monnaie commune dans les pays francophones d'Afrique de l'Ouest et de l'Afrique Centrale avec deux banques centrales, la BEAC et la BCEAO, et deux francs CFA. L'hypothèse est que le Franc CFA soit un instrument économique qui ralentit le développement des pays et ainsi, penser à le changer. L'origine du Franc cfa est historique depuis la colonisation de la France, car il convient de rappeler que cette monnaie est un héritage colonialiste.

Mots Clés : Zone Franc; Franc CFA; UEMOA; CEMAC; Intégration économique; ECO; Afrique de l'Ouest; CEDEAO; Développement.

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	12
2. HISTÓRICO DO FRANCO CFA	14
3. O SISTEMA MONETÁRIO FRANCO-AFRICANO	19
3.1-Princípios da cooperação monetária	21
3.2- A UEMOA (União Econômica e Monetária da África do Oeste), e CEMAC (Comunidade Econômica e Monetária da África Central)	23
3.3- O Franco CFA no desenvolvimento dos países africanos francófonos	26
4- INTEGRAÇÃO NOS PAÍSES AFRICANOS DA ZONA FRANCO	29
4-1-ECO	33
5- ANÁLISE CRÍTICA DO FRANCO CFA NA INTEGRAÇÃO AFRICANA	37
6- CONCLUSÃO	48
7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

INTRODUÇÃO

O Franco CFA foi uma moeda de referência do império colonial francês em meados do século XIX. Entre os anos 1945 e 1958, a moeda se referia à sigla do “Franco das Colônias Francesas na África”. A moeda FCFA é emitida por bancos emissores coloniais, que são instituições privadas cuja função é emitir notas de banco para financiar o comércio internacional. Os doze países africanos francófonos que usam essa moeda atualmente são Camarões, Costa do Marfim, Burkina Faso, Gabão, Benim, Congo, Mali, República Centro-Africana, Togo, Níger, Chade e Senegal. Ela também é usada na Guiné-Bissau (uma antiga colônia portuguesa) e na Guiné Equatorial (uma antiga colônia espanhola), perfazendo um total de catorze países.

Após a independência, a maioria dos novos Estados africanos permaneceu na África em uma Zona de unidade monetária homogênea. A estrutura ortodoxa e institucional tem sido modernizada, renovada e organizada por um sistema comum de taxas de câmbio. A moeda Franco CFA tem paridade fixa com o Franco francês e hoje com o Euro, cujo valor é garantido pelo Tesouro francês de acordo com os mecanismos do Tratado de Maastricht.

Baseado no início no Franco francês, o Franco CFA evoluiu mesmo após o fim da moeda colonial e hoje serve como unidade monetária para dois blocos separados na África francófona. O primeiro bloco é a União Econômica e Monetária Ocidental Africana (UEMOA), formada pelos países da Zona Franco da África Ocidental, tendo como denominação o “Franco da Comunidade Financeira na África”. O segundo bloco é a Comunidade Econômica e Monetária de África Central (CEMAC), formada desde 1972 pelos países da Zona Franco centro-africano, denominado de Franco da Cooperação Financeira Africana. Portanto, o Franco CFA é atualmente a denominação da moeda comum aos 14 países africanos membros da Zona Franco. Contudo, há uma divisão em duas moedas, o Franco CFA ocidental (XOF) e o Franco CFA central (XAF). Embora o Franco CFA central tenha o mesmo valor monetário que o Franco CFA ocidental, ele não é aceito em países que utilizam o XOF e vice-versa.

Tem havido discussão sobre a pertinência do Franco CFA nos últimos quarenta anos. No entanto, as discussões vêm se intensificando em alguns países em função da recorrência dos

problemas de estagnação de parte das economias. Há diversas razões para essas críticas recorrentes das quais a mais importante é que o Franco CFA simboliza o passado colonial.

Movimentos anti-CFA surgiram e manifestações foram organizadas em vários países africanos para denunciar o Franco CFA como um instrumento estrangeiro de subdesenvolvimento e de pobreza. Porém, existem, aqueles (economistas, políticos, etc.) que acreditam que essa moeda é muito mais vantajosa, pois, é uma garantia de estabilidade e controle da inflação. Atualmente, dos quatorze países da África da Zona Franco, os da África do Oeste estão prontos a mudar a moeda FCFA para uma nova moeda, o que anos atrás era um projeto que não tinha oportunidade de ser desenvolvido. Não obstante as discussões, foi decidida a adoção de uma nova moeda chamada ECO em 2020.

Devido aos debates contra o Franco CFA e a futura implementação súbita de uma nova moeda, o objetivo principal deste trabalho é de tratar do impacto que o Franco CFA teve no desenvolvimento dos países da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), ou seja, procurar explicar se essa moeda deve ser realmente vista como um instrumento de subdesenvolvimento. Outra questão importante será a de saber se o rompimento total com o Franco CFA é a melhor solução para esses países.

A monografia está organizada em cinco capítulos, além desta introdução e de uma conclusão. No primeiro capítulo, descreve-se o percurso desta moeda usada nos países francófonos da África Ocidental e Central, do Franco das Colônias francesas na África, ao Franco da cooperação financeira na África, começando da sua criação até os dias de hoje. O segundo capítulo trata do sistema monetário Franco-africano conforme ele existe hoje. O terceiro capítulo trata da integração dos países africanos da Zona do Franco. O quarto capítulo trata da análise crítica da Zona do Franco. Com base em documentos e entrevistas, trata-se do sistema monetário Franco-africano, discutindo o funcionamento da Zona Franco e, depois, analisando o papel do CFA na integração africana. Embora a Zona Franco seja dividida em duas Zonas, a análise irá focalizar mais na Zona Franco da África do Oeste, pois a mudança da moeda está limitada atualmente àquela Zona. Por fim, há breves considerações conclusivas.

2- HISTÓRICO DO FRANCO CFA

Junto à Declaração de Guerra feita em 1939, foram estabelecidos pela França os decretos de 28 de Agosto e 1 e 9 de Setembro de 1939 que instituíram um rigoroso controle cambial entre a França e as suas colônias, e o resto do mundo. O objetivo era se proteger contra os desequilíbrios estruturais de uma economia de guerra. Assim, a expressão "Zona Franco" aparece pela primeira vez nesta ocasião. Antes da criação desse espaço econômico nas colônias francófonas, e na era da pré colonização em África, as moedas locais, tradicionais e primitivas eram consideradas como meio de troca e utilizadas apenas para a realização de transações. (Direction Générale du Trésor, 2013).

No final da 2ª Guerra Mundial, a França enfrentou uma inflação muito elevada que levou a uma desvalorização de 60% do Franco, no dia 26 de dezembro de 1945. No mesmo dia, o Estado francês ratificou os acordos de Bretton Woods e fez sua primeira declaração de paridade ao Fundo Monetário Internacional (FMI). A criação do franco CFA é o resultado do Decreto nº 45-0136, de 25 de Dezembro de 1945, que fixou o valor das moedas coloniais denominadas em Franco. Este decreto foi assinado por Charles de Gaulle, Presidente do Governo Provisório da República Francesa e contra-assinado por René Pleven, Ministro das Finanças e Jacques Soustelle, Ministro das Colônias, foi publicado no dia seguinte, no Diário Oficial da República Francesa. Assim foi, a criação de duas novas moedas, o Franco CFA, que significava "Franco das Colônias Francesas em África" e o Franco da CFP "Franco das Colônias Francesas do Pacífico". Estas três moedas (Franco francês; Franco CFA; Franco CFP) são encontradas dentro da unidade monetária chamada "**Zona Franco**". (Direction Générale du Trésor, 2013).

O Franco CFA foi criado devido a duas necessidades econômicas, sendo a primeira a de controlar o fluxo de capitais que circulava no império colonial francês; e a segunda a de ratificar a emissão de dinheiro nas colônias francesas, que foi sendo gradualmente confiada a instituições privadas e locais de emissão. Assim, ao assinar os acordos de Bretton Woods em 26 de dezembro de 1945, a França estabeleceu o Franco das Colônias Francesas de África como a única moeda legal das colônias, fazendo sua primeira declaração de paridade fixa ao Fundo Monetário Internacional "FMI". A paridade era 1 Franco CFA equivalente a 1,7

Francos franceses. Ao mesmo tempo, o Estado francês restaurou sua autoridade monetária através da Caixa Central de Outro-Mar da França¹ (Direction Générale du Trésor, 2013).

Nos anos 1948 e 1958, o valor do Franco CFA foi aumentado para 2 Francos franceses (1 FCFA=2 FF), e a sigla do Franco CFA tornou-se o "Franco da Comunidade Francesa de África". A independência progressiva das colônias francesas nos anos 1950 e 60, não levou de forma alguma à retirada da moeda. De fato, entre os anos 1960 e 1973, apenas quatro dos quinze Estados que pertencem à Zona Franco se retiraram dos acordos monetários iniciados na época de sua independência. Foi o caso da Guiné, em 1960, em paralelo com a revalorização da paridade fixa (1 Franco francês = 50 Francos CFA). Em seguida, o Mali, em 1962, que reivindicava a plena soberania condicionada à independência monetária. Os Estados que permaneceram na Zona Franco se juntaram então em duas uniões monetárias independentes sendo a primeira a UMOA (União Monetária dos Estados da África Ocidental), criada em 1962, e a UMAC (União Monetária da África Central), formada mais tarde em 1972. (Direction Générale du Trésor, 2013).

Naquela época o centro institucional do Franco CFA permanecia fixado em Paris, e foi somente no final dos anos 1970 que as sedes dos dois bancos centrais foram transferidas. O Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) foi criado em 1959, em substituição ao Instituto de emissão da África Ocidental francesa e do Togo. No mesmo ano, da mesma forma, o Instituto de Emissão da África Equatorial e dos Camarões é substituído pelo Banco dos Estados da África Central (BEAC). Importante ressaltar que em 1965, no mês de março, os Ministros das Finanças da Zona Franco se reuniram pela primeira vez em Paris, e esta reunião se torna então institucionalizada em uma frequência semestral. (Direction Générale du Trésor, 2013).

*** Acordos de cooperação monetária nos anos 70**

A assinatura dos três acordos de cooperação monetária da Zona Franco nos anos 1970 permitiu considerar as evoluções registrada desde a independência e a aspiração dos Estados africanos da Zona Franco a aumentar suas responsabilidades na área Econômica e financeira. O ano de 1972 se destaca por ser o período no qual a Convenção da Cooperação Monetária

¹ Era uma instituição monetária francesa responsável pela emissão monetária nas colônias francesas entre 1941 e 1959. Atualmente ela é conhecida como Agência Francesa de Desenvolvimento e tendo como função de implementar a política de desenvolvimento da França, e age para combater a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável

entre os Estados da África Central foi assinada, e se tornará em 1996 a Convenção que rege a União Monetária Centro-Africana (UMAC). Ela será alterada em 2008. Tal como os países da África Ocidental, os Estados da África Central da Zona Franco estão empenhados no estabelecimento de uma união monetária. Em 1973, foi assinado o Tratado que institui a União Monetária da África Ocidental e, também, a Convenção de Cooperação Monetária entre a República Francesa e as Repúblicas membros da União Monetária da África Ocidental, um dos três acordos da Zona franca que permaneceram inalterados até à data atual. A Mauritânia opta por não assinar o Tratado da UEMOA e, conseqüentemente, a Convenção de Cooperação Monetária com a França e, assim, a saída da Zona Franco. Madagascar opta pela emissão da sua própria moeda, deixando a Zona Franco. (Direction Générale du Trésor, 2013).

Em 1975, foi criado o Banco de Desenvolvimento dos Estados da África Central (BDEAC). Dois anos depois, em 1977, a sede do Banco dos Estados da África Central é transferida de Paris para Yaoundé, nos Camarões; e em 1978, a sede do Banco Central dos Estados da África Ocidental foi transferida de Paris para Dakar, Senegal. A Convenção de Cooperação Monetária entre a República Francesa e a República Federal Islâmica das Comores foi assinada em 23 de novembro de 1979, confirmando a adesão da União das Comores à Zona Franco. A paridade entre o Franco francês (FRF) e o Franco comoriano (KMF) é fixada em $1 \text{ FF} = 50 \text{ KMF}$. (Direction Générale du Trésor, 2013).

***Da União Monetária para União Econômica**

Os anos 1980 e 1990 foram marcados pelo desenvolvimento das uniões monetárias e pelo frequente ajustamento de paridade. A primeira foi de natureza geográfica, com a reintegração do Mali em 1984, a inclusão da Guiné Equatorial em 1985, e a da Guiné-Bissau em 1997. Foi observado, também, uma extensão das áreas de cooperação entre os Estados africanos, ou seja paralelamente à desvalorização do Franco CFA em meados de 1994, as duas uniões monetárias foram refundadas e passaram a ter objetivos de cooperação Econômica e de desenvolvimento. A desvalorização do Franco CFA marcou um período importante na história da Zona Franco, no qual os Francos CFA e Comores² foram desvalorizados em 50% e

² é uma república federal da África Austral localizada na parte norte do Canal de Moçambique, uma área marítima do Oceano Indiano. Ele faz parti da zona franco mas separado.

33%, respectivamente, em 11 de Janeiro de 1994. A partir desta data, 1 FF = 100 FCFA em vez de FF = 50 FCFA; e 1 FF = 75 KMF em vez de 1 FF = 50 KMF.

O Tratado que institui a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e o Tratado que institui a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) foram assinados em 10 de Janeiro e 16 de março de 1994, em Dacar. A UMOA tornou-se então a UEMOA (União Econômica e Monetária da África Ocidental), e a UMAC, o CEMAC (Comunidade Econômica e Monetária da África Central). O objetivo da criação dessas uniões monetárias era estabelecer uma união aduaneira entre os Estados-Membros e um mercado comum, além de determinadas políticas comuns a nível geral. Em 1998, foram assinados acordos entre os países da Zona Franco CFA e a União Europeia para manter a paridade fixa entre o Franco CFA e o Euro, respeitando os acordos entre a França e os países da Zona Franco. A transição para o euro em 1999 estabeleceu a nova paridade fixa onde 1€ = 655.957 FCFA. (Direction Générale du Trésor, 2013)

O quadro sintetiza o percurso histórico do Franco CFA e sua paridade

Quadro I: Tabela sobre a Paridade do FCFA

Criação do Franco CFA	26 de dezembro de 1945	1 FCFA = 1,70 FF
Desvalorização do Franco francês (FF)	17 de outubro de 1948	1 FCFA = 2,00 FF
Introdução do novo Franco francês	1 de janeiro de 1960	1 FCFA = 0,02 FF
Desvalorização do FCFA	12 de janeiro de 1994	1 FCFA = 0,01 FF
Protegendo o FCFA para o Euro	1 de janeiro de 1999	655.957 FCFA = 1 Euro

FONTE: BCEAO

Uma forte convergência econômica dos estados da Zona Franco marca os anos 2000. Os acordos assinados durante a fundação da UEMOA e da CEMAC estabelecem objetivos comuns como por exemplo, limitar a inflação anual a 3% ou a dívida pública a 70% do PIB.

O certo objetivo teórico desses indicadores é limitar a dispersão da distribuição do PIB per capita, ou seja, unificar a riqueza produzida na Zona do Franco. Paradoxalmente, foi durante o mesmo período de aproximação institucional e econômica que as disputas se concentraram. As contestações atingiram auge em 2015, quando dois altos dirigentes políticos dos Estados africanos criticaram abertamente o Franco CFA, considerando suas instituições ultrapassadas. O primeiro foi Kako Nubukpo que era então ministro togolês encarregado de prever e avaliar as políticas públicas, e o segundo foi o presidente chadiano Idriss Déby. Em 2012, os acordos de cooperação monetária da Zona Franco entram no seu 40º ano, e o debate sobre o fato de que os países africanos devam ou não sair da Zona Franco ressurgiu drenando muita controvérsias e levando quase à uma oposição frontal os apoiantes do Franco CFA e os oponentes.

3- O SISTEMA MONETÁRIO FRANCO-AFRICANO

O Sistema Monetário Franco-Africano (SMFA) é um sistema de taxas de câmbio com 14 países africanos, ou seja, um espaço onde se usa uma mesma moeda, que neste caso é o Franco CFA. A Zona Franco é um sistema que se baseia em regras fundamentadas em princípios bem estabelecidos e aceitos pelos países em termos de acordo ratificado por todos. Ele compõe atualmente dois grupos distintos de Estados subsaarianos, além da República Federal Islâmica de Comores. O primeiro grupo inclui os oito membros da UEMOA: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal, Togo, e Guiné-Bissau (desde 2 de março 1997). Esses países atribuíram a responsabilidade pela política monetária a um Banco Central comum chamado Banco Central dos Estados da África do Oeste (BCEAO). (BOUGHTON, 1992)

O segundo grupo inclui os seis membros do CEMAC, tendo um outro Banco Central comum chamado Banco dos Estados da África Central (BEAC). Os países são Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, Guiné Equatorial e Gabão. Como foi dito no histórico, os dois grupos e as Comores têm moedas separadas, sendo o Franco da Comunidade Financeira Africana (CFA) para os países da UEMOA; o Franco da Cooperação Financeira na África Central para os países do BEAC; e o Franco comoriano para as Comores. As moedas dos dois grupos e das Comores, todavia, costumam ser chamadas de Franco CFA. (BOUGHTON, 1992)

O SMFA é também um sistema de pagamentos que se baseia numa convertibilidade total do Franco CFA. Quando uma empresa africana exporta para o resto do mundo, as divisas que recebe são cedidas pelo seu banco ao Banco Central, que por sua vez deve cedê-las ao Tesouro Francês, que inscreve o contravalor em Francos franceses numa conta especial chamada «conta de operações». No caso contrário, o banco compra divisas no mercado, não contra Francos CFA, mas contra Francos franceses que os obtêm do Banco Central que os obteve do Tesouro Francês, por débito da sua conta de operações. As transações em divisas dos países africanos não se fazem na sua moeda, ou seja, o Franco CFA, que não é negociado no mercado de câmbios, mas em Franco francês, que atualmente é o Euro. As transações resultam num crédito ou num débito da conta de operações, que é um modelo de conta corrente aberta a todos os bancos centrais no Tesouro Francês. Como pode tornar-se devedor,

ela garante aos bancos centrais que poderão sempre, em troca da sua moeda, obter o Franco francês. O Franco CFA é perfeitamente convertível. (PEREIRA, 2012)

Os Bancos Centrais não intervêm nos mercados, mas sim no conjunto de operações. A França está representada no Conselho de Administração de cada um dos bancos centrais. Estes representantes têm direito de veto, seja no Banco Central de UEMOA ou no de CEMAC. Em resumo, cada país pertencente à Zona Franco precisa obter autorização ou acordo da França antes de iniciar qualquer operação em seu próprio território ou com outro país estrangeiro. Previram-se, também, salvaguardas, limitando o crédito que se pode conceder aos Estados. (PEREIRA, 2012)

Por fim, o SMFA é um sistema de créditos, considerando o fato de que a conta de operações não está aberta a todos os Estados, mas sim aos bancos centrais. O seu saldo resulta assim das posições excedentárias de certos países e das posições deficitárias de outros. Todos se financiam mutuamente, assim, da mesma maneira, a conta de operações, quando está credora, representa uma cedência pelos Estados Africanos das suas reservas à França. E quando está sendo a devedora, a conta representa um crédito consentido pela França aos países africanos. Este descoberto permanente e ilimitado é completado por empréstimos a longo prazo concedidos pela Caixa Central de Cooperação Econômica, que concede mais de 60 % dos seus créditos aos países da Zona. Estes próprios países têm, em cada sub-região, o seu banco de desenvolvimento, o Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD) em **Lomé**, e o Banco de Desenvolvimento dos Estados da África Central em Brazzaville. (PEREIRA, 2012)

Durante mais de 40 anos, observa-se uma estabilidade e conversibilidade perfeita, que por muito tempo foi vista como uma experiência exemplar. Porém, com tudo isso, foi observado que a existência de um Banco Central ao nível de cada sub-região e de regras estritas sobre financiamento dos Estados não conseguia impedir o colapso do sistema bancário na maior parte dos países da Zona. Devido a isso, foram adoptadas novas medidas em 1989 para garantir um maior controlo do crédito e melhorar a solvabilidade dos bancos. Criou-se, então, uma comissão nas duas sub-regiões para controlar os bancos e os estabelecimentos financeiros. De fato, esta foi a estratégia dos bancos na concessão do crédito e na mobilização da poupança que se torna necessário rever, e em toda a África. A Zona Franco passou de um estatuto colonial a um espaço relativamente em condições de prosseguir uma política

monetária aliada à estabilidade monetária e ao financiamento do desenvolvimento. (PEREIRA, 2012)

A organização monetária da Zona junto a um sistema de câmbio fixo e ajustável entre o Franco CFA e o Franco Francês (atualmente o Euro), no qual os países líderes (hoje a União Europeia) determinam as taxas de câmbio nominal, influenciam as taxas de inflação e, portanto, condicionam as taxas de câmbio entre as duas moedas. As uniões monetárias são caracterizadas por uma moeda única, dois bancos centrais multinacionais e uma unidade de política monetária. O espaço monetário e financeiro é controlado pelo Tesouro Francês, que desempenha um papel central, pois devido a assinatura da aplicação das disposições do art. 1º da convenção de cooperação monetária entre a República Francesa e os Estados membros da UEMOA em 1973, os países africanos da UEMOA têm por obrigação depositar 50 % das divisas provenientes do resultado da exportação. Assim, todos os Estados-membros da UEMOA depositam as suas receitas em divisas no BCEAO que, por sua vez, deve depositar na sua conta de operações junto ao Tesouro Público Francês. (PEREIRA, 2012)

3-1- Princípios da cooperação Monetária Franco-africana e os mecanismo da conta de operação dos países da Zona Franco.

Os tratados assinados entre a França e os seus parceiros africanos juntados no seio do BCEAO garantem a credibilidade da Zona e o respeito de certos princípios são a paridade fixa face ao Euro, a harmonização das regulamentações de troca, a participação do Tesouro Francês na gestão dos institutos de emissão, e a livre transferência de fundos. Como foi dito anteriormente, a Zona Franco apresenta consideráveis resultados positivos e, também, se for comparar, a performance Econômica dos países da Zona Franco é relativamente boa em relação aos países ao sul do Sahara.(PEREIRA, 2012)

Os princípios da cooperação monetária entre a França e os Estados-Membros da Zona Franco foram estabelecidos nos anos 1960. Estes princípios vêm da Convenção de Cooperação Monetária de 23 de Novembro de 1972 entre os Estados-Membros do Banco dos Estados da África Central e a França, por um lado, e da Convenção de Cooperação de 4 de Dezembro de 1973 entre os Estados-Membros da União Monetária da África Ocidental e a República Francesa, por outro. São quatro princípios fundamentais:

- O primeiro é a paridade fixa do Franco com o Euro que é visto como uma garantia pelo Tesouro público francês, mas em contrapartida, os países africanos da Zona Franco tem a obrigação de depositar 20% de sua emissão monetária (sob forma de divisa) junto ao Tesouro público francês. Nos tempos atuais, a taxa de cobertura de emissão monetária ultrapassa 112%, ou seja, 5171,8 bilhões de Franco CFA. Isso significa que para emitir 1 Franco, o Banco Central (da Zona Franco) deve depositar 0.20 cêntimos no Tesouro francês como garantia de paridade fixa entre Franco e Euro, mas os 0.20 cêntimos devem ser depositados na forma de divisa. Então, entrega-se 1 Franco, mas tem-se direito só a 0.80 cêntimos, ou, antes de emitir 1 Franco, o banco deve ter no Tesouro francês 0.20 cêntimos em forma de divisa como garantia de paridade. (Banque France, 2008)
- Em seguida, tem-se a garantia da convertibilidade ilimitada pelo Tesouro francês. Neste caso, a convertibilidade das moedas emitidas pelas três instituições de emissão da Zona Franco, e a livre circulação das mesmas dentro da Zona Euro é garantida sem limite pelo Tesouro francês, assim, em contrapartida, as reservas de câmbio devem ser centralizadas. ou seja, para garantir a “convertibilidade ilimitada” de Franco CFA com o Euro, a França exige que os países da Zona Franco depositem 50% de suas reservas cambiais em uma conta chamada de “conta de operação” do Tesouro público francês, em Paris.(Banque Franque, 2008)
- O terceiro princípio é a Livre transferibilidade da moeda no interior da Zona Franco no qual, as transferências são, em princípio, gratuitas dentro da área. Ou seja, dentro de cada subZona e entre cada subZona e a França, as transferências de capital são, em princípio, livres. (Banque Franque, 2008)
- O último princípio, é a Centralização das reservas cambiais. Aqui, ela aparece a dois níveis, pois quando os Estados centralizam as suas reservas cambiais em cada um dos dois bancos centrais, em troca da convertibilidade ilimitada garantida pela França, os bancos centrais africanos são obrigados a depositar, junto do Tesouro francês, na conta de exploração aberta em nome de cada um deles, uma fração das suas reservas cambiais. Ou seja, para garantir a “convertibilidade ilimitada” de Franco CFA com o Euro, a França exige que os países da Zona Franco depositem 50% de suas reservas cambiais em uma conta chamada de “conta de operação” do Tesouro público francês, em Paris. Isto é, 50% de todo o dinheiro (em divisa) que vem das importações e

exportações vai para o Tesouro público francês. Estima-se que entre 15 bilhões e 50 bilhões de Euros estão depositados na dita conta de operação do Tesouro público francês. (Banque France, 2008)

Em suma, o Franco CFA não é livremente convertível, porque mesmo entre os países de África Central e Ocidental que utilizam a mesma moeda, a conversibilidade não é permitida. Se um beninense quiser viajar para o Gabão, tem que trocar os seus Francos em Euro, porque no Gabão o Franco de África Ocidental não é aceitável, apesar de utilizarem a mesma moeda. Oficialmente, cada a moeda é gerida pelo Banco Central, mas a França tem o direito de nomear um membro no conselho de administração do BCEAO com o direito de voto e de veto. As decisões do conselho são tomadas por maioria simples dos votos expressos pelos membros. Qualquer decisão tomada pelo BCEAO pode ser vetada pelo Banco da França caso não representar o interesse deste último.

3.2- A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental UEMOA (União Econômica e Monetária da África do Oeste) e CEMAC (Comunidade Econômica e Monetária da África Central)

Baseando-se nos dados da UEMOA, ela foi criada em 10 de Janeiro de 1994, no Dacar. Ela tem por objetivo principal, a criação de um espaço econômico harmonizado e integrado na África Ocidental, onde poderia existir uma total liberdade de circulação de pessoas, capitais, bens, serviços e fatores de produção, bem como, o exercício efetivo do direito de exercício e de estabelecimento das profissões liberais e de residência dos cidadãos em todo o território da Comunidade. Como foi explicado anteriormente, a UEMOA reúne um total oito Estados da África do Oeste. Os seus objetivos são os seguintes:

- Reforçar a competitividade das atividades econômicas e financeiras dos Estados-Membros no contexto de um mercado aberto e competitivo, e de um ambiente jurídico racionalizado e harmonizado;
- Assegurar a convergência dos desempenhos e das políticas econômicas dos Estados-Membros pelo estabelecimento de um procedimento de supervisão multilateral;

- Criar um mercado comum entre os Estados-Membros baseado na livre circulação de pessoas, bens, serviços, capitais e tendo o direito de estabelecimento dos trabalhadores independentes ou assalariados, assim como numa taxa externa comum e numa política comercial;
- Estabelecer a coordenação das políticas setoriais nacionais através da execução de ações comuns e, eventualmente, de políticas comuns, especialmente nos seguintes domínios: recursos humanos, organização do território, agricultura, energia, indústria, minas, transportes, infraestruturas e telecomunicações;
- Por fim, harmonizar na medida necessária para o bom funcionamento do mercado comum, as legislações dos Estados-Membros e, especialmente, o regime de fiscalização.

Por outro lado, a Comunidade Econômica e Monetária dos Estados da África Central (CEMAC) é composta por 6 países. O Tratado que instituiu a CEMAC foi assinado em 16 de março de 1994, em N'Djamena (Chade). De acordo com o artigo 2º do Tratado que o estabelece, a CEMAC é constituída por duas Uniões. A primeira é a União Econômica da África Central (UEAC), cuja missão é harmonizar a regulamentação em vigor nos Estados membros a fim de impulsionar o comércio e facilitar a convergência das políticas econômicas no interior da sub-região. A segunda, a União Monetária Centro Africana (UMAC), que é responsável pela convergência monetária dos Estados membros que partilham a mesma moeda. Segundo a própria CEMAC, atualmente, a visão dela se focaliza no Programa Econômico Regional (PER), cujo objetivo é fazer da CEMAC, até 2025, "um espaço econômico integrado e emergente onde prevaleçam a segurança, a solidariedade e a boa governação". A principal missão da CEMAC é desenvolver um espaço integrado e promover nele um desenvolvimento harmonioso. Outros objetivos são:

- Assegurar uma gestão estável da moeda comum (Franco CFA);
- Garantir um ambiente seguro para as atividades econômicas e os negócios em geral;
- Harmonizar as políticas setoriais nacionais para uma integração cada vez mais fortalecida;
- Estabelecer uma união cada vez mais estreita entre os povos dos Estados-Membros, a fim de reforçar a sua solidariedade geográfica e humana;

- Promover os mercados nacionais através da eliminação de barreiras ao comércio intracomunitário;
- Coordenar programas de desenvolvimento e harmonizar projetos industriais;
- Criar um verdadeiro mercado comum.

O mapa abaixo mostra de modo mais claro o posicionamento dos países que pertencem à Zona Franco.

Mapa dos Países pertencentes à Zona Franco



Fonte: Ministère de L'Economie et des Finance, 2019



Credito: Guiné Equatorial



É Credito: UEMOA

Apesar da criação da UEMOA ser reconhecida somente em 1994, observa-se que o sistema e a Zona têm um funcionamento bem anterior a independência africana. Obviamente depois deste período, houve mudanças dentre as quais podemos citar a criação do Banco Central da África Ocidental BCEAO em 1962, para substituir o instituto da emissão de moeda da AOF (Franco CFA da UEMOA), que imperava até então, com a função de colocar em circulação novas moedas ou papel de crédito, sobre a garantia da França. Portanto, ao depender diretamente do Tesouro francês, tendo uma paridade fixa com o Franco francês, constitui, por isso, outro meio de controle da metrópole em relação aos países africanos.

3.3- O Franco CFA no desenvolvimento dos países africanos francófonos

Segundo os dados da última conferência dos Chefes de Estado da UEMOA, o Franco CFA proporcionou uma estabilidade monetária e financeira, um controle da inflação que realmente não foi graças à paridade fixa (taxa de inflação UEMOA de 1%, CEMAC de 2,5% contra 7% para a África subsaariana em 2015, Banque de France), e permitiu, também, reservas cambiais equivalentes a cinco meses de importações. Ou seja, como vantagem, se formos acreditar nos partidários, os quatro princípios operacionais listados acima e o apego a uma moeda forte como o Euro, incluem vários "benefícios" para os países africanos que usam o Franco CFA e a principal vantagem seria a estabilidade que iria promover o crescimento sustentável e a ausência de risco cambial, que criaria um ambiente favorável para atrair o investimento estrangeiro e promover a integração dos países membros.

No entanto, desde a sua criação, o nível de vida das populações da UEMOA e do CEMAC não mudou positivamente. Pelo contrário, o nível de empobrecimento dessas populações aumentou bastante. Em termos comparativos regionais, pode-se observar que a população dos países não pertencentes à Zona Franco, como Gana e a Nigéria, apresentam uma vida muito melhor do que os países da Zona do Franco. Pode-se observar de fato que o nível do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2015 foi de 0,519 para a CEMAC, 0,437 para a UEMOA contra 0,579 para o Gana e 0,527 para a Nigéria. Em 2015, a maioria dos países da Zona Franco ocuparam os últimos vinte lugares no ranking do IDH. Além disso, percebe-se que a criação de riqueza per capita é menos sustentada na Zona Franco do que nos países anglófilos, particularmente em Gana e na Nigéria. (Banque Mondiale, 2017)

A taxa média de crescimento do PIB per capita foi de 1,6% na Zona Franco, sendo 1,9% na CEMAC e 1,6% na UEMOA no período 2004-2016, isso em comparação ao resultado de 2,5% na África anglófila, sendo 3,5% para a Nigéria e 3,2% para o Gana. Enquanto a UEMOA e a CEMAC observaram o seu Produto Interno Bruto (PIB) multiplicar-se por 36 e 57 vezes, respectivamente, entre 1960 e 2015, o Gana e a Nigéria viram o seu PIB saltar 31 e 100 vezes, respectivamente. O PIB desses dois países anglófilos em 2015 cresceu de US\$ 546,2 milhões para US\$ 31,7 bilhões e de US\$ 618,7 milhões para US\$ 29,2 bilhões, cada um no mesmo período. Embora em 2018, seja possível notar algumas mudanças positivas com os países da Zona CEMAC, baseando-se nos resultados dos outros países de fora da Zona Franco, percebe-se que os países da Zona Franco tendem a criar menos riqueza do que os outros países de fora. (Banque Mondiale, 2017)

Para ilustrar o que foi dito acima, o Quadro I mostra a taxa de crescimento do PIB em 2016 na Zona da UEMOA

***Quadro II - síntese dos dados econômicos dos países da Zona Franco (Zona UEMOA)**

Ano 2016

Países	PIB Em bilhões FCFA	PIB Em dólar por habitante	PIB real (taxa de crescimento em %)	Taxa de investimento (em %)	Balança comercial (em % do PIB)
Benim	5084,4	770,8	3,9	22,3	-6,7
Burkina-Faso	7185,5	645,8	5,9	28,8	-0,7
Costa do Marfim	21803,6	1458,8	8,8	22,1	8,6
Guiné-Bissau	646,4	694	5,1	7	4,6
Mali	8312	830,1	5,8	17,7	-4,6
Níger	4464,3	411,1	5	31,9	-8,9
Senegal	8707,6	959,7	6,7	24,7	-15,8
Togo	2762,1	590,5	5	28,1	-20,2
Total	58966		6,7	23,6	

Fonte: Indicadores de desenvolvimento 2016, Banco Mundial

Por outro lado, temos a dependência monetária do Franco CFA, que é realmente uma desvantagem, pois o sistema está ainda conectado ao laço neocolonialista, devido à obrigação de depositar 50% das reservas para o Tesouro francês, contanto que este depósito não traga nada para a França, que atualmente os remunera acima das taxas do mercado. Os depósitos compulsórios das exportações dos Estados membros da UEMOA, sendo já altos, estão ligados ao Tesouro Público da França, através da Conta de Operação. Assim, pode-se usar esses recursos dos membros da UEMOA para financiar algum projeto, cobrando juros em cima dos seus próprios recursos. Este fato demonstra uma notável interferência e controle da administração econômica e financeira dos Estados membros da UEMOA pela França. Mas, mesmo assim, não houve solicitação de revisão do acordo de cooperação monetária da UEMOA com França. Esses 50% de depósitos privam os países em questão de liquidez e fazem com que percam parte da sua soberania. Um outro problema é que os presidentes do BCEAO e do BEAC não têm liberdade para variar a taxa de câmbio das suas moedas, uma vez que a paridade com o Euro os obriga a seguir a política do Banco Central Europeu (BCE). O futuro do Franco CFA é decidido em Paris e Frankfurt, porém, pode-se claramente perceber que as prioridades para a Europa não são os países africanos. A indexação ao Euro é também um outro problema que torna o Franco CFA sujeito a flutuações na moeda Europeia com consequências por vezes negativas para as exportações dos países da Zona, pelo menos quando o Euro está forte.

4- INTEGRAÇÃO NOS PAÍSES AFRICANOS DA ZONA FRANCO

***Contexto geral da Integração nos países**

O desejo de integração está profundamente enraizado na África e muitas tentativas foram feitas. Com base no livro do autor John O. IGUE, pode-se afirmar que, antes da colonização, o continente já tinha a capacidade de gerar e desenvolver a experiência de grandes grupos políticos e econômicos. Os impérios do Gana, Mali e Songhai são bons exemplos de entidades cuja estrutura e organização se expandiram ao longo da região ocidental da África.

Segundo ele:

Estas diferentes formações políticas, impérios como reinos, funcionaram de acordo com a lógica da integração regional. De facto, as actividades económicas não dependiam necessariamente do Estado, mas sim das irmandades de comércio cuja área de extensão dizia respeito a vários Estados ao mesmo tempo (IGUE, 1995).

Depois de dividir os grupos políticos africanos para facilitar a sua entrada e impor o seu domínio, o colonizador (França) percebe, muito cedo, a necessidade de integrar a exploração dos bens coloniais para uma maior eficiência econômica. Foi essa consciência que levou a França a dividir suas colônias na África Negra em duas grandes áreas cobrindo as partes de África Central (África Equatorial Francesa) e África Ocidental (África do Oeste). Ainda, de acordo com John O. Igue,

A existência dos grandes conjuntos coloniais foi sem dúvida o fator de sucesso econômico baseado na criação de atividades complementares entre países costeiros e sahelianos (IGUE, 1995)

Os Estados africanos enfrentam grandes dificuldades econômicas, que se constituem em obstáculos ao desenvolvimento, sendo eles a dimensão negligenciável de mercados internos em muitos países do continente, a ausência de infraestruturas básicas e redes de transporte, a forte dependência de matérias-primas minerais e a agricultura, além das consequentes estruturas econômicas de extroversão. Em outras palavras, o continente é caracterizado por graves deficiências físicas e de capital humano, o que explica o fracasso de todas as experiências de desenvolvimento, desde o modelo egocêntrico, os economia mista, até o modelo liberal baseado em programas de ajustamento estrutural, que aprofundaram a miséria do povo africano.

No âmbito da gestão integrada, a França foi levada a adotar em suas colônias africanas uma moeda comum, denominada Franco CFA, que ainda está sendo usada nos dias atuais. Analisando todas as mudanças pelas quais esta moeda passou, percebemos que a vontade de integração, que teve origem muito antes da colonização, sobreviveu a todo este período atormentado da história africana. Assim, desde o momento da sua libertação, as antigas colônias apressaram-se em colocar uma ênfase especial na necessidade de remediar a divisão da África (DIALLO, 2002).

Os líderes africanos, convencidos de que qualquer progresso sustentado e duradouro implica a superação das coisas acontecidas durante a colonização, criaram logo, desde o início, o pan-africanismo³, simbolizado hoje pela Organização da Unidade Africana (OUA), cujas estruturas estão sendo reformadas a fim de criar uma verdadeira União Africana. Com o objetivo de aproximar melhor os países na área específica da gestão monetária, dois meses após a criação dos princípios da cooperação monetária, na Conferência da Cimeira dos Países Africanos Independentes, foi dado recomendado ao OUA o estudo da criação de uma União Africana de Pagamentos e Compensação, o estudo da liberalização progressiva das moedas nacionais de qualquer dependência não-técnica do mundo exterior, o estudo da criação de uma Zona monetária “pan-africana”. Atualmente, o Banco Mundial conta muitas organizações de cooperação regional, incluindo organizações intergovernamentais, construídas ou apoiadas pelos Estados africanos para promover, ou tentar iniciar os processos de integração. (DIALLO, 2002)

O interesse pela integração começou crescendo um pouco por todos os lugares. Porém, para os países menos desenvolvidos, essencialmente para as pequenas economias normalmente caracterizadas por um mercado interno muito limitado, carência de recursos técnico-financeiros, sectores industriais incipientes, a adesão a blocos econômicos regionais (com a cooperação intra-Estados) se apresenta como via fundamental para o desenvolvimento, e para a progressiva integração na economia mundial. A integração regional permite aos países da Zona Franco ultrapassar certos obstáculos, como a ausência de complementaridade estrutural das suas economias e a dependência face à exportação de produtos primários e à importação de bens intermediários ou produtos finais. A integração regional favorece a

³ é um movimento político que promove a independência do continente africano e incentiva a prática da solidariedade entre os africanos e os povos de origem africana, onde quer que se encontrem no mundo.

melhor alocação dos recursos (em mão de obra e capital), e permite a concorrência entre produtos e produtores a fim de melhorar o preço e a qualidade. Facilita também a convergência entre as economias, assim como os projetos regionais e a definição de políticas comuns. (PEREIRA, 2012)

A aplicação de programas de cooperação e de integração regional bem estruturados permite relançar o desenvolvimento acelerado, graças à exploração coordenada de recursos humanos, naturais e financeiras. Em suma, um espaço regional pode ser definido como uma área geográfica e política. Em outras palavras, a noção de espaço regional está ligada, na ótica econômica, a um modo de produção com repercussões ao nível da divisão internacional do trabalho. A integração Econômica pode ser entendida como a aproximação, a interligação e, em última instância, a fusão de economias separadas num espaço econômico unificado. (DIALLO, 2002)

O objetivo desta foi o de focalizar na integração da Zona Franco, representando as realidades da integração africana. Nesta perspectiva, a África Ocidental fornece um excelente exemplo, pois é considerada a parte do continente onde as iniciativas em favor dos agrupamentos regionais têm sido mais frequentes. Ademais, esta região inclui os oito países da Zona Franco da UEMOA, sendo, também, membros da CEDEAO⁴, uma instituição regional de integração com um objetivo mais global.

*** Integração da Zona Franco: Caso da UEMOA**

O Tratado constitutivo da UEMOA é uma experiência da União Europeia, consistindo em um exemplo de regionalismo fechado visando a liberalização econômica parcial para um grande mercado protegido, mas reforçada pela hierarquia do poder centralizado e por um regime intercomunitário fundada sobre regras e dirigida por estruturas institucionais sólidas. Os pilares fundamentais da construção da UEMOA é copiado da estrutura da União Europeia. Como foi dito no contexto geral, se o conceito e a prática contemporânea da integração e de cooperação regional são fenômenos relativamente novos na cena internacional, a África de

⁴ é uma organização intergovernamental da África Ocidental, sendo a principal estrutura para coordenar as ações dos países da África Ocidental. O seu principal objetivo é promover a cooperação e integração com o objetivo de criar uma união econômica e monetária da África Ocidental.

Oeste figura como uma das regiões do Mundo onde se observa uma certa tradição de experiência nesta matéria.

Como já sabemos a Zona Franco está dividida em dois blocos de integração: UEMOA e CEMAC, aos quais se acrescenta a República Islâmica das Comores. Todavia, embora os grupos da UEMOA e CEMAC partilhem a mesma moeda comum que é o Franco CFA, cada grupo está ligado à França por acordos separados. O que não é o caso das Comores⁵. Assim, como resultado, observa-se uma fraca coordenação dos diferentes países da Zona franco, que estabelece, portanto, uma moeda comum com o mesmo valor, mas sem unificar as políticas monetárias ou permitir uma coordenação econômica séria. Consequentemente, a gestão monetária é conduzida separadamente por cada componente da Zona com a participação da França. Cada bloco tem o seu próprio Banco Central, ou seja, a UEMOA tem a BCEAO e para o CEMAC é o BEAC.

Devido a isso, o Franco CFA usada na UEMOA não pode ser usado no segundo bloco CEMAC e vice-versa, pois eles não valem nada nos diferentes blocos. (DIALLO, 2002)

O argumento de que este mecanismo tem sido usado para evitar a "balcanização monetária" da sub-região deve, portanto, ser tomado com ainda mais precaução, pois os países africanos da Zona franco estão longe de constituir um grupo homogêneo e integrado que possa afirmar-se como um verdadeiro parceiro da França, (DIALLO, 2002). Para a própria França, o Franco CFA é vantajoso para os 15 países africanos que o utilizam porque oferece o tal princípio da integração regional. na realidade, isto significa apenas que um belga, por exemplo, pode utilizar o Euro na França, Espanha e em qualquer país da Europa. Este sistema favorece o comércio, os acordos comerciais nas empresas e também o turismo, porque as pessoas não precisam de converter a moeda para ir de um país para outro e perder dinheiro de acordo com as taxas. O problema é que, com o que foi dito, observa-se que o princípio da integração regional não se aplica aos países africanos da Zona Franco, porque um maliano que pertence à Zona de UEMOA não pode gastar o seu Franco CFA nos países da Zona CEMAC. Além disso, para poder usar a moeda de um país da África Central para a Ocidental, o cidadão, embora estes dois Francos tenham um mesmo valor entre eles, precisa primeiro convertê-lo em Euro antes de o converter no outro Franco CFA e vice-versa.

⁵ As Comores, por seu lado, têm acordos próprios com a França, o seu próprio Banco Central, e não têm ligações institucionais com as duas uniões monetárias continentais

De acordo com o presidente senegalês SALL, a integração monetária significa abrir mão da utilização das políticas monetária e cambial para fins nacionais, e a união monetária é um tipo de acordo onde os países participantes abrem mão dos ganhos relativos às taxas derivadas da emissão da moeda nacional por uma moeda regional comum de livre circulação para todos esses países, emitida por autoridade regional. Como é o caso do Euro relativamente à maioria dos países da União Europeia e o Franco CFA para os países da UEMOA. Os fundamentos de uma União Econômica e Monetária se baseiam na existência de vários Estados, de políticas econômicas concentradas, de uma moeda única e de um Banco Central comum, que detém o poder de emitir a moeda. (SALL, 2016)

Assim, baseando-se nestes conceitos, podemos afirmar que a África Ocidental além da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) como uma organização de integração econômica possui dentre as várias organizações de integração, uma organização de integração monetária consolidada e uma em fase de constituição. Assim, a primeira refere-se à União Econômica e Monetária Oeste Africano (UEMOA), e a segunda é formada por países anglófonos, em fase de criação, a Zona Monetária da África do Oeste (ZMAO). Enquanto a UEMOA é constituída por oito dos dezesseis países da CEDEAO, que são nomeadamente: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo; a ZMAO é formada por cinco países da CEDEAO que são Gâmbia, Guiné Gana, Libéria e Nigéria. (Nations Unis, 2018)

A UEMOA possui um papel importante na integração Oeste africana. Portanto, apesar da importância da UEMOA na integração oeste africana, não se deve perder de vista as condições históricas e os verdadeiros motivos da sua criação, se realmente é almejado identificar os pontos de incongruência entre a integração econômica e monetária com a integração econômica regional e continental. É nesta perspectiva que o questionamento e a contestação do Franco CFA vem intensificando-se nos últimos anos através das vozes dos novos adeptos e defensores do pan-africanismo espalhados através do continente e do mundo. (Nations Unis, 2018)

Atualmente o Franco CFA da UEMOA está prestes a mudar para uma novo cujo projeto foi ativado junho passado. Este projeto prevê a criação de uma Zona monetária, que agruparia, no momento, os atuais oitos países que usam o Franco CFA e criaria um Banco Central

denominado Central Bank of Africa (CBA), com base na fusão dos atuais Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) e o Banco dos Estados da África Central (BEAC).

4.1- ECO

No dia 29 de junho 2019, os líderes da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) adotaram formalmente o nome "Eco" para o seu projeto de moeda única, que esperam criar em 2020. O Eco é o nome de um projeto de moeda única dos quinze países da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), datado dos anos 1960. Na verdade, é uma moeda sobre a qual não há muitos dados. A sua introdução, inicialmente prevista para dezembro de 2009, foi adiada para janeiro de 2015, antes de ser reportada como tendo atingido um ponto de equilíbrio em 2014. O objetivo era levar à fusão de duas Zonas monetárias atuais, sendo elas a Zona Monetária da África Ocidental, que iniciou o projeto e utiliza as moedas nacionais respectivas, e a União Econômica e Monetária da África Ocidental, que utiliza um dos dois Francos CFA e aderiu ao processo em 2013.

A CEDEAO tem atualmente, uma população de mais de 370 milhões de pessoas e um PIB anual de mais de 520 bilhões de dólares⁶. Desde a sua criação em 1975, a CEDEAO tem como objetivo a integração regional através de uma moeda única, e este projeto de moeda comum foi adotado em 1983, mas nunca viu a luz do dia. Com a adoção da moeda única, a CEDEAO poderia se tornar a 18ª potência econômica do mundo, à frente da Turquia, da Suíça e da Arábia Saudita. Porém, para conseguir isso seria necessário primeiro reformar as políticas monetárias e abandonar as oito moedas em circulação no espaço da CEDEAO, ou seja, a CFA da UEMOA, e as sete moedas nacionais dos países não membros da UEMOA.

Após o anúncio da implementação dessa nova moeda, com base nas publicações da imprensa France 24, o presidente da Costa do Marfim Alassane Ouattara, ao lado de Emmanuel Macron, anunciou no sábado 21 de dezembro 2019, que a nova moeda seria uma grande reforma profunda do Franco CFA, cujo nome vai evoluir para se tornar "o Eco". Baseando-se no que foi anunciando como mudança,

⁶ De acordos com o site de dados da Countryeconomy.com, nota-se que o PIB anual dos países da CEDEAO, em 2019, foi de 520.555 bilhões de €.

- em primeiro lugar, temos obviamente, o nome que com a reforma anunciada, o Franco CFA deixara para trás, o nome do colonialismo, e terá, um nome escolhido para a futura moeda única dos 15 países da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).
- Em seguida, temos o fim do depósito de reservas de divisas na França, que é um dos pontos importantes da reforma. Até agora, o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) tinha de depositar metade das suas reservas de divisas no Banco da França. Essa obrigação, percebida como uma dependência humilhante da França pelos críticos do Franco CFA, logo se tornará uma coisa do passado.
- A Terceira mudança leva ao retiro dos Representantes Franceses, ou seja, a França irá se retirar dos órgãos de governança da União Monetária da África Ocidental (UEMOA) onde estava presente.

Segundo o presidente francês, na revista France 24, ele declara

"A França não nomeará mais representantes para o Conselho de Administração e para o Comité de Política Monetária do BCEAO, nem para a Comissão Bancária da UEMOA", explicou o presidente Macron.

"O objetivo é <acalmar as críticas> que a França continua a ditar as suas decisões nestes organismos através dos seus representantes." (MACRON, 2019)

os próximos passos que vão seguir são as mudanças que não serão feitas, mesmo com a implementação da nova moeda. Vale ressaltar que esse ponto deixou muitos economistas e defensores do pan-africanismo muito revoltados. Seguem então os pontos mantidos:

- O primeiro ponto é o fato de que a Paridade Fixa com o Euro foi mantida. Atualmente, 1 Euro = 655,96 Francos CFA, então a futura ECO será equivalente a esse mesmo preço. O objetivo disso é, segundo o presidente da Costa do Marfim, Alassane Ouattara, evitar os riscos de inflação (presentes em outros países africanos). No entanto, esta paridade fixa é uma das características do Franco CFA mais criticadas pelos economistas africanos, segundo os quais a ligação ao Euro, uma moeda forte, constitui um problema para as economias da região, que são muito menos competitivas e precisam dar prioridade ao crescimento econômico e ao emprego, em vez de combater a inflação. Estes economistas defendem o fim da paridade fixa com o

Euro e a indexação a uma cesta das principais moedas mundiais como o dólar, o Euro e o yuan chinês, correspondente aos principais parceiros econômicos da África.

- O segundo ponto é a Garantia da França. Isso quer dizer que Paris manterá o seu papel de fiador financeiro para os oito países da UEMOA.

Ainda na revista France 24, o Presidente Macron explica que:

"Se o BCEAO enfrentar uma falta de dinheiro para cobrir seus compromissos em moeda estrangeira, ele poderá obter os Euros necessários da França". Esta garantia assumirá a forma de uma "linha de crédito".

"Com a manutenção desta garantia, enquanto esperamos pelo Eco, queremos evitar a especulação e a fuga de capitais". (OUATTARA, 2019)

Dúvidas sobre essa reforma estão crescendo entre os economistas que são contra o Franco CFA, a população, etc. E para eles, essa reforma é uma farsa. Porém, o governo francês afirma que a reforma do Franco CFA foi "um passo preliminar no roteiro do projeto da moeda única da CEDEAO". O ano 2020 foi mencionado pelos países da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), mas eles não estabeleceram um calendário preciso. O Eco é visto como uma estratégia para os países que utilizam o FCFA para não fazer reformas e no caso de cortar essa ligação com o Tesouro francês. Mesmo sendo um projeto para mudança da moeda Franco tão criticada, percebe-se que logo após o anúncio da implementação da futura moeda, que vários economistas estão ainda mais contra as condições estabelecidas com a França sobre o ECO. A dúvida em relação a este trabalho seria saber se realmente essa moeda poderá cumprir o seu papel no desenvolvimento desses países.

5- Análise crítica do Franco CFA na integração africana

Sendo objeto atual de um intenso debate entre apoiantes e opositores, o Franco CFA é, para os primeiros, uma moeda que não precisa ser mudada, e para os últimos, é necessário abandonar o Franco CFA. O assunto dessa moeda é regularmente debatido, quer seja por políticos ou por intelectuais do continente. A luta contra o CFA não é recente e vários africanos que pertencem a Zona Franco se revoltaram contra essa moeda. Para muitos economistas africanos, o CFA é um instrumento de "repressão monetária africana". Esse fato se baseia em tudo que já foi dito em cima. Porém antes de tudo, é bom voltar um pouco no passado, observar alguns acontecimentos ocorridos devido a essa moeda.

De fato, quando as colônias africanas francesas conquistaram as suas independências nos anos 1960, a história explica que esses países pertencentes à Zona aceitaram continuar com essa moeda. Porém, é preciso dizer que na realidade a França “impôs” que esses novos países soberanos mantivessem o Franco CFA. Usa-se o termo "impor" porque praticamente todos os líderes africanos que se levantaram contra a preservação da moeda morreram. Atualmente, registra-se que mais de 22 presidentes mortos de maneira realmente estranha, porém, devido às faltas de provas concretas que relatam isso, não será possível obviamente, citar todos esses mortos, em esse atual trabalho. Desde os anos 1960 até hoje, 14 países africanos ditos “independentes” precisam pedir ainda à França a autorização para qualquer operação financeira importante, como por exemplo a construção de escolas, estradas e pontes entre países vizinhos, o que facilitaria o comércio e promoveria o turismo.

Em relação à barreira econômica criada em 1939, estes países precisam ainda da autorização da França para comerciar com outros países que não a própria França. Isto significa, por exemplo, que se a China oferece milhares de milhões de dólares ao Gabão pelo seu petróleo, mas que a França precisa deste mesmo recurso, a França tem o poder de aproveitar-se desse petróleo por um preço muito inferior ao oferecido pelos chineses. Então a França não permite que o Gabão aceite acordos comerciais com a China e, portanto, a França mantém o seu monopólio e impõe os seus preços que na maioria das vezes são insignificante. Por outro lado, um país africano que não seja colonizado pela França poderá vender o seu petróleo aos chineses, desenvolver as suas escolas, criar universidades, estradas, aeroportos, desenvolver o seu turismo, investir nos jovens que começaram a empreender e usufruir de uma boa economia. Isso é o caso de, por exemplo, Nigéria, Gana e Angola.

Com esse direito de veto que a França possui nas decisões financeiras relativas aos 14 países africanos, podemos começar a compreender a distância entre o desenvolvimento dos países da Zona Franco e o desenvolvimento dos países africanos vizinhos que não sofrem tal interferência dos seus países colonizadores. Também, devido aos 50% dos ganhos que cada país precisa, é importante apontar que esses depósitos realmente são um dos problemas que têm impacto sobre o desenvolvimento desses países. Foram feitos cálculos sobre quanto, nos últimos sessenta anos, os países depositaram na conta do Tesouro Público francês. Cerca de 50% dos ganhos de 14 países africanos que em fim 2015 fizeram trocas comerciais com o exterior representam 19 bilhões de Euros, e se somarmos a este montante os diferentes impostos pagos pelos países africanos ao governo francês, a soma ascende a 440 mil milhões de Euros por ano.

Quadro III - Os haveres da BCEAO no Tesouro Francês de 2013-2014

Haveres da BCEAO na Zona Franco no dia 31/12/2014 em bilhões Franco CFA				
Detalhes dos fundos na Zona Franco	31/12/2013	31/12/2014	Variação (em valor)	Variação (em %)
Conta de operação (Tesouro Francês)	2 740	3 098	358	13%
Colaboradores na Zona Franco:	62	57	-5	-8%
*conta ordinário no Banco da França	57	32	-25	
* conta ordinário com os outros colaboradores	5	25	20	
Total	2 802	3 155	353	13%

Fonte: mays-mouissi.com, 2015

Com o depósito de 50% de ganhos de cada país da UEMOA, a análise dos resultados financeiros do BCEAO mostra que 54,7% (3.098 bilhões FCFA) dos ativos em moeda estrangeira do banco foram depositados junto ao Tesouro francês em uma conta operacional. De fato, em 2014, o BCEAO depositou nos registros do Serviço de Controle Orçamental e Contabilidade Ministerial do Ministério da Economia francês, um montante muito superior ao mínimo previsto no acordo de conta de operações que o vincula a este serviço. Além da participação percentual dos haveres em moeda estrangeira do BCEAO depositados em contas operacionais, aumentaram também de 358 bilhões em valor entre 2013 e 2014, um aumento de 13%. (MOUISSI, 2015)

A título de comparação da tabela da UEMOA, pode ser observado na tabela I que os ativos depositados junto ao Tesouro francês pelos seis países da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), também signatários de um acordo de conta de operações, ascendiam 3.703 mil bilhões de Franco CFA.

Quadro IV: Tabela da distribuição dos haveres externos no Tesouro francês pelos Estados da CEMAC entre 2009 e 2016

Distribuição dos haveres externos no Tesouro francês por país CEMAC (em bilhões Franco CFA)							
Colaboradores	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BEAC	294	143	115	273	271	324	441
Camarões	1 369	1 317	1 290	1 334	940	768	1 117
República Centro-Africana	78	60	61	60	51	63	60
República do Congo	1 486	1 591	2 252	2 164	1 400	1 185	671
Gabão	710	554	790	802	759	546	527
Guiné Equatorial	1 306	845	1 213	1 722	1 232	699	356
Chad	241	226	385	457	321	263	116
Total	5 483	4 737	6 106	6 813	4 974	3 848	3 288

Fonte: mays-mouissi.com, 2016

Aqui, os 671 mil milhões de FCFA de ativos externos da República do Congo representam 20% dos ativos externos sub-regionais. Além disso, o seu nível é nitidamente inferior (-43%) em comparação com o ano anterior, quando atingiu 1 185 mil bilhões de Franco CFA. Quanto

ao Gabão, os seus ativos externos aumentaram a 527 mil bilhões no final do ano do cálculo de 2015 e representavam 16% do saldo acumulado sub-regional.

Voltando ao tema deste trabalho, muitos economistas e políticos, além dos que foram citados no começo da análise, debatem muito hoje em dia sobre a moeda Franco CFA. Porém, de um outro lado temos os defensores do Franco CFA que acham com muita força que a moeda é o melhor instrumento econômico que os países podem ter. Como defensores, podemos citar Lionel Zinsou, economista Franco-beninense, CEO do fundo de investimento Europeu PAI Partners e antigo primeiro-ministro do Benim.

Segundo o Lionel, o Franco CFA é uma moeda que escapa ao mercado negro, ao contrário das outras moedas da sub-região que circulam neste mercado com diferentes taxas de câmbio, dificultando o controlo do seu valor face às principais moedas. Além disso, a moeda permite para quem poupa, ter visibilidade sobre suas transações. Lionel define a moeda como um instrumento de integração regional, pois vários países a utilizam para o comércio em áreas econômicas como o CEMAC e a CEDEAO. Tem também uma paridade fixa, o que é, segundo ele, uma vantagem considerável para as economias dos países que a utilizam. Estas vantagens específicas levam Lionel a dizer que o CFA faz bem o seu trabalho. Ele não entende por que outros se opõem ao seu uso, e convida os anti-FCFA a entenderem melhor a questão desta moeda porque a Zona de UEMOA continua sendo a região da África onde o crescimento tem sido mais forte desde quase três anos. Assim, em um debate feito com a revista Nouvelle tribune, ele declara que :

“ao contrário das alegações daqueles que lutam contra esta moeda, ela não é um gargalo para as economias dos países da CEMAC ou UEMOA”
(ZINSOU, 2017)

Porém, o economista ressalta que em relação às reservas cambiais contidas nas contas de exploração do Tesouro francês, há necessidade de reformas. No entanto, segundo ele, esta questão é secundária porque o fato de que as reservas cambiais estejam nas contas operacionais do Tesouro francês não impede os Estados de fixarem a sua política monetária ou as suas taxas de juro. Para Lionel, estes dois elementos constituem os principais elementos

da soberania de uma moeda. Quanto ao fato de que a denominação do Franco CFA seja vista como uma moeda colonial pelo ativistas anti-FCFA, Lionel explica,

"Receio que mudar o nome de uma moeda realmente não importa. Mas, se isso for politicamente e simbolicamente importante, então, esta área necessita também de reforma nesta área". (ZINSOU, 2017)

Um outro defensor do Franco CFA é o líder da oposição maliense Soumaïla Cissé, que foi entre 2004 e 2011 presidente da UEMOA. Em um debate em 2017, ele fala

"a moeda não é algo que se gere baseando-se nos humor. A moeda tem vantagens ainda hoje já que, ainda somos uma área onde a inflação é de cerca de 2,3%. Os países que têm moeda própria têm uma inflação de 14,15%". (CISSE, 2017)

Realmente várias estatísticas confirmam que as economias de alguns países membros da CEDEAO que têm as suas próprias moedas não estão muito estáveis economicamente. A Nigéria, que por si só representa 40% do peso económico da sub-região, entrou em recessão em 2016, devido à queda do preço do barril de petróleo. E a taxa de inflação subiu para 18% entre 2016 e 2017. A situação é menos favorável em Gana, um dos outros países mais fortes economicamente. Devido à queda no preço do cacau, Acra registrou uma taxa de inflação de pouco mais de 15% em 2016. Casimir Oyé Mba, ex-primeiro-ministro do Gabão, e o primeiro governador negro africano a dirigir o BEAC, o Banco dos Estados da África Central, de 1978 a 1990, argumenta:

"A ideia de que estamos sendo obrigados pela França, a ficar na Zona do Franco, são coisas infantis. Madagáscar era um país da Zona Franco, decidiram retirar-se, a França rompeu relações diplomáticas com Madagáscar? Claro que não. As empresas francesas ainda estão presentes em Madagáscar". (CASIMIR, 2017)

Ainda como defensor do FCFA, temos o Presidente de Estado da Costa do Marfim, desde 2011, Alassane Ouattara. Em 1968, ele ingressou no Fundo Monetário Internacional (FMI) até se tornar Director-Geral Adjunto. Ao mesmo tempo, continua a investir na Costa do Marfim através do seu partido político liberal, "le Rassemblement des républicains (RDR)". No final da audiência com Emmanuel Macron, Alassane Ouattara afirma que

“ o FCFA é uma moeda sólida gerida pelo BCEAO e apenas por africanos. É uma moeda que circula não só nos oito Estados-Membros da UEMOA, mas em toda a África Ocidental, incluindo os Estados-Membros que não pertencem ao UEMOA, como, a Mauritânia, o Gana, a Nigéria, a Serra Leoa, a Libéria, a Gâmbia, etc. Em todos esses países, as pessoas aceitam e usam o Franco CFA. Se essa moeda fosse tão depreciada, por que você iria querer que países que não são membros do Franco CFA fossem buscar Francos CFA?”. (OUATTARA, 2015)

Obviamente, quando se fala de defensor, sempre tem os opositores, e neste caso, nos dias atuais, eles tem como apelidos os anti-Franco CFA, e dentre eles, podemos citar Kako Nubukpo que é um economista e ex-ministro de Prospectiva e Avaliação de Políticas Públicas do Togo, e que considera chocante que essa moeda continue a ser fabricada em Clermont-Ferrand, França. Em uma entrevista, ele fala:

"Os nossos bancos centrais obtiveram a sua independência, mas, paradoxalmente, estão subordinados a um ministério de um país estrangeiro, ou seja, o Ministério das Finanças francês, através da conta de exploração que garante a paridade entre a CFA e o Euro. Mas é uma coisa curiosa." (NUBUKPO, 2015)

Segundo os economistas, o Franco CFA deveria deixar de existir desde o desaparecimento do Franco francês e a entrada em vigor do Euro em 2000. Nubukpo define Franco CFA como uma servidão voluntária, um estágio último de servidão. A França sempre declarou que seguirá a decisão dos países da Zona franco (se quiserem sair ou não), mas, infelizmente, observamos que os nossos líderes não estão prontos a assumir a responsabilidade de largar esta moeda. Como anti-fCFA, podemos citar também o ativista panafricanista Kemi seba que também vê o FCFA como apenas um instrumento de repressão monetária na África. Ele apoia muito o autor Joseph Tchundjang Pouemi⁷ que define o FCFA como uma decoração que muda após a independência, porém, o conteúdo permanece o mesmo.

No início de 2015, em várias conferências econômicas realizadas em Lomé, Togo, Kako Nubukpo sugeriu que fossem tomadas novas medidas para promover o crescimento na União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). Ele revelou que as reservas cambiais

⁷ Ele foi um economista cujo trabalho é reconhecido nas Universidade dos Camarões e pela comunidade científica nacional e internacional. Ele foi conhecido pela sua obra escrita em 1980, chamada “Monnaie, servitude et liberté: La répression monétaire de l'Afrique ”.

depositadas pelos dois bancos centrais BCEAO e BEAC (Banco dos Estados da África Central) no Tesouro francês para garantir a paridade do Franco CFA com o Euro eram problemáticas. Teoricamente, estas reservas cambiais devem cobrir pelo menos 20 % da emissão monetária pelos dois bancos centrais. O que é o caso na prática, uma vez que a taxa de cobertura tem estado quase a 100% há muitos anos. Segundo Nubukpo, quase 80% desta margem deve ser utilizada para conceder crédito às PME (pequenas e médias empresas) com o objetivo de impulsionar o crescimento nos Estados-Membros.

Percebe-se que o Franco CFA é uma moeda bastante forte para a economia da Zona franca e o seu funcionamento é muito rígido e não é favorável ao financiamento do desenvolvimento. De fato, a taxa de câmbio fixa significa que o valor da Franco CFA é determinado pelas inseguranças econômicas dentro da Zona do Euro e não pela situação econômica dentro da Zona do Franco. Se o Euro se valoriza em relação ao dólar, a dívida dos países da Zona franca aumenta mecanicamente e há uma sobrevalorização da taxa de câmbio que penaliza a sua competitividade. Também, o excessivo rigor monetário na preservação da paridade do Franco leva os países a negligenciar certos indicadores, como o desemprego, como se estivessem em regime flexível.

Baseando-se na teoria da vantagem comparativa, um país é especializado na produção de um bem onde seu custo de produção é o mais baixo possível em comparação com outros países. Porém, os países da Zona Franco tendo custos de produção muito elevados para a maioria dos bens que consomem e uma forte moeda em relação às suas economias, tornam as importações muito mais baratas em comparação com a produção local. Consequentemente, eles são obrigados a se limitar às importações em detrimento do fortalecimento da sua capacidade de produção local. Isso leva a Zona Franco CFA a possuir poupanças no consumo e não na produção. Para estes países, é necessária uma moeda para produzir o que consomem, isto irá equilibrar até certo ponto a sua balança comercial.

O Franco CFA não permite um bom financiamento das economias da região, pois enquanto na Zona Euro o índice do crédito sobre a economia em relação ao PIB é de 100%, na Zona Franco é de apenas 23%. Os países não têm muita flexibilidade para financiar as infraestruturas socioeconômicas necessárias ao desenvolvimento das suas economias. Por conseguinte, os bancos centrais não conseguem prestar apoio suficiente para financiar as atividades econômicas. Além disso, a livre portabilidade leva à perda de capitais essenciais para o reinvestimento nessas economias. Esta situação permite que as multinacionais,

particularmente as multinacionais francesas, transfiram facilmente os seus lucros para França, a fim de reinvestir em outros locais à custa do investimento na África. Isto desencoraja as poupanças nacionais e favorece o endividamento externo. Como resultado, os países encontram-se num círculo vicioso de endividamento crônico.

A centralização das reservas cambiais com o Tesouro francês sob o nome de conta de operações, contida no acordo entre a França e os países da Zona Franco, é um freio ao desenvolvimento dos países africanos. Esta reserva cambial que estes países podem utilizar para financiar as suas economias é uma fonte para a economia francesa. As reservas cambiais da África representam 99,86% do total dos ganhos cambiais líquidos recebidos pela França. Uma vez que qualquer recurso do Tesouro de um país é um recurso que ele pode utilizar como bem quiser, o Tesouro francês utiliza as reservas africanas armazenadas no seu próprio país para suprir os seus próprios prejuízos. No entanto, é o recurso desses países que pode ser útil para a redução da pobreza. Resumidamente, pode-se deduzir que as ações monetárias operacionais condenam as populações africanas à pobreza, porque privam milhões africanos dos rendimentos que lhes permitiriam viver melhor. Segundo o Banco Mundial, em 2015, o rendimento médio anual dos africanos foi de cerca de 927.128 Francos CFA, porém, nota-se que as reservas de divisas da UEMOA ascendem a 7.529.9 mil bilhões de Francos CFA no mesmo ano. (BCEAO, 2016)

Isto significa então que, ao bloquear este valor na França, mais de oito milhões de africanos ocidentais estão privados de um potencial rendimento anual e são forçados a viver na pobreza. E para aliviar este problema até certo ponto, a França empresta aos países africanos parte do seu próprio dinheiro como ajuda ao desenvolvimento. Os países da Zona Franco necessitam uma reforma nessa moeda.

Para muitos intelectuais e ativistas pan-africanistas é necessário virar a página do Franco CFA a favor de uma integração monetária entre os africanos, e eles acreditam que o projeto Eco poderia tornar isso possível. Entretanto, há possibilidade de que a moeda única da CEDEAO, tal como foi concebida até agora, pode não ser o melhor caminho a seguir. Com tudo que foi dito sobre o Franco CFA e a implementação do ECO anteriormente, a dúvida é se a nova moeda irá conseguir cumprir a necessidade desses países. Para os países anglófono a moeda ECO é uma simples reforma do Franco CFA, longe das ambições iniciais de uma moeda única que deveria reunir toda a África Ocidental. Em junho de 2019, quando essa moeda foi anunciada, a Nigéria e o Gana deixaram claro que não queriam, em nenhum caso, a

presença da França na gestão dessa moeda; a paridade deveria ser flexível, e outras demandas. Porém, meses depois, o presidente da Costa do Marfim Alassane Ouattara anunciou a decisão feita com a França que demonstra claramente que o pedido feito pelos países da CEDEAO não foi aceito. Após o anúncio, Gana disse estar "determinada" a fazer o máximo para "aderir em breve" aos países francófonos, mas com a condição de abandonar a paridade fixa do Eco com o Euro, o que foi mantido mesmo com as críticas feitas sobre isso. Também, segundo o projeto original, a moeda única da África Ocidental não deveria estar atrelada a nenhuma moeda estrangeira.

Já a Nigéria, que é o país de maior economia da região Oeste, representando quase 70% do PIB da CEDEAO, nunca escondeu sua reticência em aceitar o próprio princípio de uma moeda única. Segundo seu Ministro das Finanças, Zainab Shamsuna Ahmed, os países da África Ocidental não estão preparados para qualquer união monetária, enquanto não cumprirem os critérios de convergência, ou seja, conseguir um déficit orçamentário não superior a 3%, uma inflação inferior a 10% e uma dívida inferior a 70% do PIB. Nesta fase, no entanto, apenas o Togo preenche estes requisitos.

Segundo Tokunbo Afikuyomi, da empresa de análise Econômica Stears Business, com sede em Lagos, o governo nigeriano não tem vontade política para participar da implementação deste eco, pois, para este país, isso significaria perder o controle da sua política monetária com a criação de um Banco Central da África Ocidental. A Nigéria pratica há vários anos uma política econômica protecionista, que muitas vezes vai contra a integração regional defendida pela CEDEAO, como, por exemplo, o fechamento de suas fronteiras terrestres para conter o contrabando de petróleo e arroz desde 2019, o que está sufocando seus vizinhos.

Por outro lado, Tokunbo Afikuyomi ressalta que a adesão à uma união monetária envolve potencialmente mais riscos do que benefícios para a Nigéria, para o qual os mercados dos países da CEDEAO são de interesse limitado em relação aos seus próprios produtos, com 200 milhões de habitantes.

Segundo as informações atuais, o atual presidente da Nigéria Muhammadu Buhari, impôs cinco condições para a adesão da Nigéria ao Eco.

- Não terá mais depósito no Tesouro francês de moedas de países da Zona Eco;
- Não terá mais nenhum intermediário na conversão entre o Eco, o Euro e o Dólar;
- A CEDEAO deve gerenciar o próprio ECO de forma soberana;

- O Eco deve ser conversível com todas as moedas do mundo;
- O Eco deve ser impresso na África e não na França

Com essas condições, será que a França irá ceder e finalmente conceder soberania monetária aos países africanos da CEDEAO?

Encerrando esta seção, já podemos deduzir que nenhum país pode se desenvolver sem uma independência monetária. É, portanto, necessário que estes países tenham uma nova moeda comunitária que não seja controlada a partir do exterior. As reformas devem ser realizadas em relação aos princípios que regem o Franco CFA. É evidente que o campo econômico não é inteiramente o único e a África precisa de mudanças, mas qualquer bom país que precise desenvolver necessita de uma política monetária que satisfaça as suas próprias necessidades e interesses.

6- Conclusão

O Franco CFA é uma moeda que protege os países contra choques exógenos, mas é realmente pesada para a economia da Zona, o que não favorece a produção ou a exportação de outras matérias primas e, portanto, o bem-estar da população. A paridade fixa traz estabilidade às economias africanas e mantém a inflação baixa, mas a ligação ao Euro, uma moeda forte, leva problema para as economias africanas, que são essencialmente agrícolas ou minerais e não muito produtivas. Pode-se perceber que a estabilidade proporcionada pelo Tesouro francês tinha até agora encorajado os países a manter o atual funcionamento do Franco CFA, mas, de um outro lado, essa moeda é um freio ao desenvolvimento econômico, porque não beneficia as pequenas e médias empresas africanas. Porém esta situação está mudando atualmente devido a moeda ECO. Devido a toda história contada e a análise feita sobre o Franco CFA, a implementação do ECO, de alguma maneira, é uma decisão histórica, pois ela liberta de fato, ainda mais, os estados da UEMOA do sistema herdado do Franco CFA criado durante a colonização. Esta mudança de nome é já um símbolo forte e importante.

A orientação formalizada pelo acordo da nova moeda é um novo passo em direção a uma África que dirige plenamente o seu destino. Assim, o ECO poderia, em uma segunda fase, impor-se como moeda de uma região mais vasta dentro da Zona da CEDEAO que inclui, além dos 8 países membros da UEMOA na África Ocidental, Gana, Nigéria, Gâmbia, Libéria, Serra Leoa, Guiné Conakri, e Cabo Verde, que também poderia aderir à ECO em breve. Seria então uma moeda comum para 15 países. Do mesmo modo, os países membros da Zona franca CFA, ligada à África Central poderiam assinar um acordo semelhante ao da África Ocidental para aderir à Eco. Deve-se lembrar que estas são duas Zonas chamadas de Franco CFA, porém possuem cada uma delas uma moeda diferente. A combinação das duas Zonas em uma moeda única seria muito bem-vinda para aperfeiçoar ainda mais a integração africana e promover o seu desenvolvimento e comércio interafricano, que é a chave para o futuro crescimento sustentado do continente.

Então, de forma mais ampla, o lançamento da nova moeda Eco envolve uma questão continental porque a África, com esta decisão e o lançamento em julho passado da Área de Comércio Livre Continental Africana, demonstra que os seus mercados estão se tornando ainda mais integrados e devem tornar-se cada vez mais próximos de um objetivo econômico e monetário, mas também jurídico. Espera-se que as mudanças econômicas sejam relativamente

pequenas no futuro próximo. Contudo, a estabilização da gestão autônoma das reservas do ECO na África poderia estimular os mercados de capitais, já que o BCEAO será livre para fazer seus investimentos sem recorrer ao Tesouro francês, como antes.

O objetivo a longo prazo seria que o fortalecimento da integração econômica regional e continental poderia também criar oportunidades para que os países africanos terem uma voz mais forte na cena mundial. Por fim, podemos prever que a manutenção dos laços do Eco com o Euro abriria também o caminho para uma parceria renovada com a Europa, enquanto os laços históricos e futuros com a Europa são objeto de discussões em ambos os lados do Mediterrâneo. O Eco é, portanto, uma ilustração de uma parceria repensada.

7- Referências bibliográficas:

AHMADOU ALY MBAYE et CHARLIE MBALLA, **La zone Franc d'hier à aujourd'hui: Enjeux et perspectives pour le développement et l'intégration de l'Afrique**, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/interventionseconomiques/5605?file=1>
https://www.persee.fr/doc/ofce_0751-6614_1992_num_41_1_1284?pageid=t1_290
<https://www.cairn.info/revue-l-economie-politique-2015-4-page-71.htm%20DOI%20:%2010.3917/leco.068.0071>. Acesso em 02/01/2020

ANDRÉ NYEMBWE MUSUNGAIE, **L'intégration monétaire en Afrique : particularités et rationalité économique, 2011**. Disponível em:
<https://www.cairn.info/revue-reflets-et-perspectives-de-la-vie-economique-2010-4-page-83.htm#>. Acesso em 15/12/2019

ANNE CANTENER; ALICE POZYCKI; MATTHIEU MILLECAMPS, **Comprendre le franc CFA en quatre questions, 2017**. Disponível em:
<http://www.rfi.fr/afrique/20170830-comprendre-le-franc-CFA-quatre-questions>.
 Acesso em 12/12/2019

BCEAO, **Relatório anual 2017 versão resumida**. Disponível em:
https://www.bceao.int/sites/default/files/2019-03/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%202017%20%28VERS%C3%83O%20RESUMIDA%29_0.pdf
 Acesso em 15/12/2019

BANQUE FRANCE, **Zone franc et financement du développement: Présentation de la Zone franc, 2017**. Disponível em:
<https://www.banque-france.fr/economie/relation-internationales/zone-franc-et-financement-du-developpement/presentation-de-la-zone-franc>. Acesso em 10/11/2019

BOUBACAR S. DIALLO, **Mali-France: Regard sur une histoire partagée: Des cauris franc CFA**, 2018. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?id=ns2oDwAAQBAJ&pg=PT431&lpg=PT431&dq=passage+des+cauris+au+franc&source=bl&ots=SYwoOuIZ9A&sig=ACfU3U2wkBURSrsZLY7qCsB65R3-bC9sNw&hl=fr&sa=X&ved=2ahUKEwiOtcKz4KjmAhXEIbkGHXR-ASAQ6AEwAXoECAoQAQ#v=onepage&q&f=true>. Acesso em 30 nov. 2019.

BRUNO TINEL, **Le fonctionnement des comptes d'opérations et leur rôle dans les relations entre la France et les pays africains, 2016**. Disponível em:
<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01391233/document>. Acesso em 08/01/2020

CLAUDE NURUKYOR SOMDA, **Les cauris du pays lobi**. Disponível em:
https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_02/37425.pdf Acesso em 12/12/2019

COMMUNAUTÉ ECONOMIQUE ET MONETAIRE DE L'AFRIQUE CENTRALE, **Historique de la CEMAC**. Disponível em : <http://www.cemac.int/Histoire>. Acesso em 02/01/2020

COUNTRY ECONOMY, **Communauté économique des États de l'Afrique de l'Ouest, 2019**. Disponível em:
<https://fr.countryeconomy.com/pays/groupes/communaute-economique-etats-afrique-ouest>.
 Acesso em 19/01/2020

DEMAR DOS SANTOS, **Opinião: FRANCO CFA A MOEDA ASSASSINA, 2017**. Disponível em: <http://www.odemocratagb.com/?p=13661>. Acesso em 13/10/2019

ELLEN BROWN, **Kadhafi voulait créer une nouvelle monnaie pour libérer l'Afrique, 2011**. Disponível em :
<https://realinfos.wordpress.com/2011/08/26/kadhafi-voulait-creer-une-nouvelle-monnaie-pour-liberer-lafrique/>. Acesso em 18/12/2019

ERIC TOPONA, **Pour ou contre le franc CFA?, 2017**. Disponível em :
<https://www.dw.com/fr/pour-ou-contre-le-franc-CFA/a-40289903>. Acesso em 15/01/2020

ERIC TOPONA, **Ces Africains qui soutiennent le franc CFA, 2017**. Disponível em :
<https://www.dw.com/fr/pour-ou-contre-le-franc-CFA/a-40289903>. Acesso em 15/01/2020

ETIENNE L. DAMONE, **Pourquoi beaucoup d'Africains soutiennent Kadhafi, Dans Outre-Terre , pages 123 à 133, 2011**. Disponível em :
<https://www.cairn.info/revue-outre-terre1-2011-3-page-123.htm>.

FRANCE 24, **Franc CFA : ce qui va changer, et ce qui ne changera pas, 2019**. Disponível em: <https://www.france24.com/fr/20191223-franc-CFA-ce-qui-va-changer-et-ce-qui-ne-changera-pas>. Acesso em 11/01/2020

GODWIN TÉTÉ, **LE FRANC CFA ET L'ASSASSINAT DE SYLVANUS OLYMPIO, 2017**. Disponível em:
<https://cvu-togo-diaspora.org/2017/01/19/le-franc-CFA-et-lassassinat-de-sylvanus-olympio/11504>.

JACQUES LEFORT, **Quelques avantages dont bénéficiaient les Libyens sous Kadhafi, 2014**. Disponível em:

<https://lavoixdelalibye.com/2014/08/19/quelques-avantages-dont-beneficiaient-les-libyens-sous-kadhafi/>. ACESSO EM 18/01/2020

JAMES M. BOUGHTON, **O Franco CFA: Zona de estabilidade precária na África, 1992.** Disponível em: <file:///C:/Users/Alvine/Desktop/cv%20perso/65150-137821-1-PB.pdf>. Acesso em 29/11/2019

JEC MAUS, **Afrique : Les raisons de l'assassinat de 22 présidents africains..., 2019.** Disponível em: <https://blogs.mediapart.fr/jecmaus/blog/270119/afrique-les-raisons-de-l-assassinat-de-22-presidents-africains>. Acesso em 10/01/2020

JOÃO MENDES PEREIRA, **Direito Comunitário Material e Integração Sub-Regional: Contributo para o Estudo das Mutações no Processo de Integração Económica e Monetária na África Ocidental, 2012.** Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10977/1/ulsd068166_td_Joao_Pereira.pdf. Acesso em 30/11/2019

JOCEGALY, **Pourquoi Kadhafi a-t-il été assassiné?, 2014.** Disponível em: <https://blogs.mediapart.fr/jocegaly/blog/140614/pourquoi-kadhafi-t-il-ete-assassine>. Acesso em 03/01/2020

LE POINT ÉCONOMIE, **Monnaie - Franc CFA : 70 ans d'histoire contrastée, 2015.** Disponível em: https://www.lepoint.fr/economie/afrique-franc-CFA-70-ans-d-histoire-contrariee-28-12-2015-2005729_28.php. Acesso em 11/11/2019

LITO N FERNANDES; JEAN C. BOUKOUNGA; JOSÉ F. JUNIOR, **INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL: UMA VISÃO CRÍTICA** Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/23459/14003>. Acesso em 15/12/2019

MAMADOU ALPHA DIALLO, **As relações Franco-africanas: o Franco CFA um pilar esquecido da colonização, 2018.** Disponível em: <https://revistaintertelas.com/2018/09/21/as-relacoes-Franco-africanas-o-Franco-CFA-um-pilar-esquecido-da-colonizacao/>. Acesso em 02/01/2020

MINISTRES DES FINANCES DE LA ZONE FRANC, **Les principes de la coopération monétaire en Zone franc, 2008 .** Disponível em: https://www.banque-france.fr/sites/default/files/principes_de_cooperation_monetaire_en_zf_0.pdf. Acesso em 10/12/2019

MOMAR-COUMBA DIOP; REAL LAVERGNE....**L'INTÉGRATION RÉGIONALE en AFRIQUE de L'OUEST, 1993.** Disponível em:
https://www.idrc.ca/sites/default/files/openbooks/298-8/index.html#page_23. Acesso em 03/01/2020

NDONGO SAMBA SYLLA, **Il faut mettre fin au franc CFA, 2019.** Disponível em:
<https://www.cadtm.org/Il-faut-mettre-fin-au-franc-CFA>. Acesso em 12/11/2019

OUSMANE DIALLO, **L'arrimage du franc CFA à l'Euro Conséquences pour l'intégration sous-régionale ouest-africaine, 2002.** Disponível em:
https://www.files.ethz.ch/isn/145618/15_diallo.pdf. Acesso em 12/10/2019

PANAFRICAIN, **Pourquoi la France a tué Modibo keita ?, 2017.** Disponível em:
<http://malijet.com/actualite-politique-au-mali/editorial-journaux-mali/174783-pourquoi-la-france-a-tue-modibo-keita.html>.

PATRICK MBA'LLA, **BUHARI POSE 5 CONDITIONS POUR L'ADHÉSION DU NIGERIA À L'ÉCO, 2019.** Disponível em:
<https://www.coupsfrancs.com/buhari-pose-conditions-pour-ladhesion-du-nigeria-a-leco/>
 Acesso em 15/01/2020

RUFIN PATINVOH, **Débat sur le FCFA : Lionel Zinsou salue une monnaie qui « fait bien son travail », 2017.** Disponível em:
<https://lanouvelletribune.info/2017/09/debat-CFA-lionel-zinsou-monnaie-qui-fait-bien-son-travail/>. Acesso em 05/01/2020

TCHOUASSI GÉRARD, **LE FRANC CFA, MONNAIE DE LA COLONISATION, DE LA COMMUNAUTÉ ET DE LA COOPÉRATION : QUEL AVENIR ?, 2016.**
 Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/308792264_LE_FRANC_CFA_MONNAIE_DE_LA_COLONISATION_DE_LA_COMMUNAUTE_ET_DE_LA_COOPERATION_QUEL_AVENIR. Acesso em 12/12/2019

TRESOR-INTERNACIONAL, **La zone franc CFA de 1939 à aujourd'hui, 2019.**
 Disponível em:
<https://www.tresor.economie.gouv.fr/tresor-international/la-zone-franc/la-zone-franc-de-1939-a-aujourd-hui>. Acesso em 02/11/2019

UNION ECONOMIQUE ET MONETAIRE OUEST AFRICAINE, **Huit pays, un destin commun.**
 Disponível em : <http://www.uemoa.int/fr/presentation-de-luemoa>. Acesso em 02/01/2020
 Documentario : **La Verité sur le FCFA et l'ECO**
https://www.youtube.com/watch?v=C7aou_fC39s&t=2329s